



ISSN 2359-5051

Revista Diálogos Interdisciplinares GEPIFIP/UFMS/CPAQ

Grupo de Estudos e Pesquisa em Formação Interdisciplinar
de Professores

CINEMA, AUDIOVISUAL E DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

CINEMA, AUDIOVISUAL MEDIA, AND HUMAN RIGHTS IN BASIC EDUCATION

Maria Beatriz Colucci¹
Kleverton de Almeida Souza²
Milena Araujo de Souza³

RESUMO

Este artigo investiga o potencial pedagógico do cinema e audiovisual e a possibilidade de formulação de políticas públicas de cinema na escola, a partir de estudo sobre a construção de materiais didáticos audiovisuais desenvolvido junto à comunidade escolar do Centro de Excelência em Educação Integral Senador Paulo Sarasate, localizado em São Cristóvão, Sergipe. O trabalho tem como fundamentos, além das normativas do campo da educação e das teorias e práticas cinematográficas, as experiências realizadas pelo Núcleo Interdisciplinar de Cinema e Educação (Nice/UFS). O Nice é um programa da graduação em Cinema e Audiovisual e do Mestrado Interdisciplinar em Cinema e Narrativas Sociais, da Universidade Federal de Sergipe, que integra docentes e discentes de graduação e pós-graduação e docentes e discentes da Educação Básica em experiências de cinema, educação e direitos humanos.

Palavras-chave: Cinema. Educação. Direitos Humanos. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This paper researches the pedagogical potential of cinema and audiovisual and the possibility of formulating public cinema policies at school, based on a study on the construction of audiovisual teaching materials developed within the school community of the Centro de Excelência em Educação Integral Senador Paulo Sarasate, located in São Cristóvão, Sergipe. The work is based, in addition to regulations in the field of education and cinematographic

¹ Doutora em Multimeios (UNICAMP), docente da graduação em Cinema e Audiovisual e do Programa de Pós-graduação em Cinema (PPGINE), da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Cinema e Educação (NICE/UFS). bcollucci@academico.ufs.br.

² Mestre pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cinema (PPGINE) e graduado em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Sergipe. Coordenador do Núcleo Interdisciplinar de Cinema e Educação (NICE/UFS). kleverton_kas@hotmail.com.

³ Mestranda pelo Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cinema (PPGINE) e graduada em Cinema e Audiovisual da Universidade Federal de Sergipe. Coordenadora do Núcleo Interdisciplinar de Cinema e Educação (NICE/UFS). milaaraujo36@gmail.com.



theories and practices, on the experiences carried out by the Interdisciplinary Center for Cinema and Education (Nice/UFS). Nice is an undergraduate program in Cinema and Audiovisual and the Interdisciplinary Master's in Cinema and Social Narratives, at the Federal University of Sergipe, which integrates undergraduate and postgraduate teachers and students and basic education teachers and students in experiences of cinema, education and human rights.

Keywords: Cinema. Education. Human Rights. Public Policies.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho parte de investigação realizada no âmbito da pesquisa “Cinema, audiovisual e direitos humanos na construção de materiais didáticos para a Educação Básica de Sergipe”, coordenada pelo Núcleo Interdisciplinar de Cinema e Educação (Nice/UFS), com o apoio do Programa de Apoio e Desenvolvimento de Políticas Públicas em Educação Básica e Profissionalizante para o Estado de Sergipe (Edital Nº 04/23 – Fapitec/SE/Seduc). O projeto, de natureza inter e transdisciplinar, integra docentes e discentes de graduação e pós-graduação e docentes e discentes da Educação Básica em experiências de ensino, pesquisa e extensão em Cinema, Educação e Direitos Humanos junto à comunidade escolar do Centro de Excelência em Educação Integral Senador Paulo Sarasate, em São Cristóvão, SE.

Dentro de uma compreensão interdisciplinar do conhecimento, retomamos o parecer do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica (PARECER CNE/CEB, 2010) que orienta a transversalidade na prática educativa, com a integração entre os conhecimentos teoricamente sistematizados e as questões da vida real. A transdisciplinaridade é entendida então como proposta didática em que “a gestão do conhecimento parte do pressuposto de que os sujeitos são agentes da arte de problematizar e interrogar, e buscam procedimentos interdisciplinares capazes de acender a chama do diálogo entre diferentes sujeitos, ciências, saberes e temas.” (PARECER CNE/CEB, 2010, p. 24).

Tal abordagem dialoga com as reflexões levantadas por Paulo Freire (1996, p.7) e a proposta de uma Pedagogia da Autonomia, “uma pedagogia fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do educando”. Essa autonomia é pensada a partir do entendimento do educando como sujeito ativo do processo de aprendizagem, associando a prática pedagógica às experiências socioculturais com as quais se relacionam, dentro e fora do ambiente escolar.

O cinema, por sua vez, ao adentrar a escola através de práticas pedagógicas, sejam elas de exibição, discussão ou produção das imagens, carrega, em sua experiência, potenciais



agentes para transformações e reflexões conectadas aos direitos humanos e ao fazer crítico do processo educacional. Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para a formulação de políticas públicas de cinema para a rede básica de ensino de Sergipe, a partir de estudos para construção e compartilhamento de materiais didáticos e conteúdos instrucionais voltados à educação cidadã e aos direitos humanos, mediados por processos e tecnologias do cinema e audiovisual.

A pesquisa teve como fundamentos, além das normativas do campo da educação e das teorias e práticas cinematográficas, as experiências do Nice em contextos escolares do estado de Sergipe, desde 2018, e particularmente as ações realizadas junto às disciplinas eletivas da primeira série do Ensino Médio, no Centro de Excelência Paulo Sarasate, em 2024.

2. MATERIAIS DIDÁTICOS AUDIOVISUAIS E TECNOLOGIAS DIGITAIS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TDICS)

Refletir sobre materiais didáticos audiovisuais supõe um pensamento interdisciplinar e abertura a um processo coletivo e colaborativo de aprendizagem. No caso deste trabalho, esse percurso envolveu experiências de formação, oficinas de roteiro, criação e edição de narrativas audiovisuais, atividades cineclubistas, com exibição e debate de filmes, curadoria e compartilhamento de acervos e materiais pedagógicos, dentre outras.

Especificamente sobre o material didático audiovisual, Bandeira (2008, p. 295) destaca sua importância como auxiliar do processo ensino-aprendizagem. Também reforça a necessária articulação do audiovisual com outras tecnologias.

[...] buscando a complementaridade dos conteúdos nas diversas mídias e oferecendo, ao mesmo tempo, oportunidade de uso das tecnologias no próprio processo de ensino-aprendizagem. Na concepção e produção de materiais audiovisuais, o aluno deve ser considerado um sujeito ativo, por isso, esses materiais devem privilegiar provocações, questionamentos e novos olhares.

Scheyerl (2012, p. 50) contribui para pensar, de modo amplo, a construção de materiais pedagógicos com o audiovisual, como forma de incentivar o respeito pela voz do outro e “a busca de novos significados, acreditar no desenvolvimento de um pensamento crítico, contribuir para a transformação pessoal e social do aprendiz e transformar sua sala de aula em um microcosmo dos discursos interculturais”. Com essa visão de uma pedagogia crítica, que compreende o ambiente da sala de aula como lugar de autonomia e de criação, pensar a multimodalidade dos materiais didáticos se faz necessário, especialmente em um mundo permeado por linguagens que precisamos compreender também a partir de um processo crítico.

Além do mais, é importante pontuar a relevância das Tecnologias Digitais da



Informação e Comunicação (TDICs), pois seu surgimento e sua ampla disseminação “[...] possibilitou novas formas de relacionamentos interpessoais, de contatos interculturais e o surgimento de vários gêneros multimodais como blogs, vlogs, memes, postagens em mídias sociais, entre outros” (Fernandes et al, 2022, p. 34). No âmbito escolar, as TDICs auxiliam na diversificação das metodologias de ensino relacionadas a tais mudanças culturais das relações de comunicação, seja através da utilização das ferramentas e recursos, seja a partir da “[...] maneira como o professor vai se apropriar desses recursos para criar projetos metodológicos que superem a reprodução do conhecimento e levem à produção do conhecimento” (Behrens, 2000, p. 103).

Importa, pois, levantar novos modos de pensar as práticas sociais e as metodologias de ensino no âmbito escolar, uma vez que as TDICs podem auxiliar tanto na metodologia em sala de aula como também na assimilação e reflexão crítica dos conteúdos curriculares, por meio da imersão de ferramentas educacionais íntimas aos educandos. É nesse ponto em que o educador, como mediador no processo de descoberta, pode utilizar dos gêneros multimodais e das relações de comunicação para refletir novas perspectivas de visão de mundo, aprimorando o pensamento crítico criativo e social (Behrens, 2000).

Há, especialmente por parte das novas gerações de alunos, uma crescente aproximação com as tecnologias digitais, mais acessíveis à medida que computadores e aparelhos móveis de conexão se popularizaram, abrindo uma brecha para que o educador construa interações pedagógicas com essas ferramentas e os conteúdos. Essa aproximação também reflete nas construções socioculturais dos indivíduos, em suas experiências subjetivas e experimentações.

O cinema e o audiovisual, como tecnologias são, nesse contexto, “[...] formas de vermos e apreendermos o mundo, maneiras de compartilharmos o que nos afeta, formas de elaborarmos pensamentos entre nós e com as coisas. O cinema é cinemar, um verbo” (Miglierin; Rezende; et. al, 2020, p. 150). Assumimos esse cinemar para falar das experiências do Nice em Sergipe, centradas no tripé de cineclubismo, formação e criação audiovisual.

Orientados pela metodologia do Inventar com a Diferença (ID), sintetizada nos Cadernos do Inventar (Miglierin et al., 2016), compreendemos a experiência com o cinema na escola como um processo coletivo de aprendizagem, em que não é preciso ter uma “cultura cinematográfica”. Os exercícios do ID, chamados de “dispositivos”, mesclam exercícios de linguagem audiovisual com possibilidades de criação artística, feitos de forma coletiva e/ou compartilhada. Assim, utilizamos tais dispositivos para criar produções audiovisuais compartilhadas que refletem os diferentes olhares sobre os desafios e as conquistas da escola e da comunidade em que estão inseridos, sua cultura e a história das famílias e instituições



2.1 O cinema como pedagogia e política pública para educação brasileira

Se abordadas sob o ponto de vista da criação, as imagens são capazes de suscitar, assim como o texto escrito, um verdadeiro processo cognitivo e de transformação: “A imagem pensa e faz pensar, e é nesse sentido que ela contém uma pedagogia intrínseca” (Leandro, 2001, p. 31), analisa Anita Leandro. Para Ismail Xavier (2008, p. 15) “o cinema que ‘educa’ é o cinema que faz pensar.

Alain Bergala (2008) e Adriana Fresquet (2013) evidenciam que o encontro com o cinema na escola deve ser visto não como linguagem, mas como “gesto de criação”. Conforme analisa Bergala (2008, p. 33) é “preciso começar a pensar – mas não é fácil do ponto de vista pedagógico – o filme não como objeto, mas como marca final de um processo criativo como arte. Pensar o filme como a marca de um gesto de criação”.

Assim, entendemos que os processos educacionais mediados pelo cinema e pelo audiovisual a partir de sua dimensão sensível e crítica, são possibilidades de inovar os processos de ensino-aprendizagem e de produção e sistematização de práticas de ensino e conhecimento. Tais possibilidades dialogam com os conceitos de autonomia e de emancipação, referências principais nas obras de Paulo Freire, tais como Educação como prática da liberdade (1967); Pedagogia do oprimido (1970) e Pedagogia da autonomia (1996). Assim, o cinema possibilita aproximar a escola de uma relação de aprendizagem mais horizontal e participativa, através da emancipação e criação: “Com o cinema como parceiro, a educação se inspira, se sacode, provoca práticas pedagógicas esquecidas da magia que significa aprender, quando o ‘faz de conta’ e a imaginação ocupam lugar privilegiado na produção sensível e intelectual do conhecimento”. (Fresquet, 2013, p. 20).

Entendemos, com Fresquet (2013), que não é possível pensar o cinema na educação sem uma discussão mais ampla sobre o Projeto Político e Pedagógico (PPP) das escolas, sem debater os objetivos, as expectativas e a cultura em que a entrada da arte vai se amparar. Assim, não podemos separar a entrada dos filmes na escola do seu potencial de reflexão sobre a própria escola. Por isso acreditamos que é preciso ver o cinema como política educacional que atravessa diversos campos do conhecimento e pode contribuir para a defesa dos direitos humanos e para construção da cidadania, desde a Educação Infantil.

Nesse contexto, abordagens que busquem o aprofundamento do saber em torno da cultura visual, que possibilitem o desenvolvimento do olhar crítico e cidadão e facilitem processos de criação e aprendizagem por meio das imagens são fundamentais para o avanço da



inovação de práticas e conhecimentos que promovam o diálogo entre o Cinema e a Educação na contemporaneidade. Também é preciso referenciar as fundamentações e normativas relativas à Educação, que envolvem um amplo campo de conceituações e experiências, como as explicitadas a seguir.

O Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado pela Lei nº 13.005/2014 (Brasil, 2014a) para os anos 2014-2024, teve como uma de suas premissas a superação de desigualdades educacionais, a promoção da cidadania e a erradicação de todas as formas de discriminação, bem como a gestão democrática da educação. Os Parâmetros Curriculares Nacionais já destacavam, em 1997, o tema da pluralidade cultural referindo-se tanto ao “conhecimento e valorização de características étnicas e culturais dos diferentes grupos” quanto às “desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira” (Brasil, 1997, p. 121). Assim lembramos, nesta contextualização, algumas das prerrogativas essenciais para que os estudantes brasileiros pudessem ter acesso a um conhecimento do Brasil em seu aspecto complexo, multifacetado e, muitas vezes, contraditório. A partir daí, uma série de leis, decretos, planos e programas entraram em ação, tendo como horizonte a necessidade de inserção do tema das diversidades no campo da educação.

É preciso relacionar a reflexão feita neste trabalho ao contexto de discussões sobre a regulamentação da Lei 13.006/2014 (Brasil, 2014b). Tal lei acrescenta à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Brasil, 1996), parágrafo que determina a exibição de duas horas mensais de filmes nacionais como componente curricular nas escolas públicas brasileiras, bem como a ampliação do horário integral nessas instituições. Também está em diálogo com a Lei 11.645/2008, que também altera a LDB e torna obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena no Ensino Fundamental e Médio (Brasil, 2008) e que contribui para garantir a diversidade cultural através do cinema, com a valorização de obras audiovisuais de diferentes regiões. Sem um histórico de políticas públicas nesse sentido, e sem a regulamentação devida das leis citadas, o país necessita ampliar a reflexão e a pesquisa para contribuir com a aplicação dessas ações nas escolas brasileiras.

Devemos considerar o papel exercido pela Rede Kino – Rede Latino-Americana de Educação, Cinema e Audiovisual – que, desde a publicação da Lei 13.006/14 discute a necessidade de regulamentação, especialmente durante os encontros de educação inseridos na Mostra de Cinema de Ouro Preto – CineOP, em Minas Gerais. Em 2024, como preparação para a 19ª edição da Mostra e o XVI Fórum da Rede Kino, foi realizada uma ampla consulta pública remota, para atualizar e ampliar a proposta de regulamentação da Lei.



As respostas serviram de base para as discussões dos grupos de trabalho, e resultaram em propostas de minuta de regulamentação da Lei e formatação de um Programa Nacional de Cinema na Escola (Fresquet, 2024). Este possui como eixos estruturantes aspectos, como: democratização de práticas pedagógicas com cinema; integração e transversalização do cinema às políticas educacionais; articulação das políticas do cinema, audiovisual e educação à cultura digital; fomento a redes de plataformas regionalizadas e participação nos acervos e formação docente com experiências cinematográficas.

Sobre a proposta do Programa Nacional de Cinema na Escola, Fresquet (2024) analisa alguns desafios e urgências para efetivar uma política pública, como a formação inicial e continuada para educadores(as). Além disso, “[...] a curadoria de acervos de filmes, organizada com critérios educativos e culturais, assegura que os conteúdos exibidos nas escolas tenham um valor formativo significativo” (Fresquet, 2024, p. 72). Outra questão diz respeito ao incentivo à criação de cineclubes escolares:

Com a discussão e análise criativa e crítica dos filmes, é possível desenvolver habilidades de argumentação, invenção e reflexão, tornando toda criança e jovem não apenas espectadores, mas participantes ativos na interpretação e criação de significados e sentidos. Essa prática fomenta a capacidade de imaginar outras possibilidades para as imagens e sons já existentes, desnaturalizando o olhar, promovendo o pensamento crítico e fortalecendo o sentido de comunidade dentro do ambiente escolar (Fresquet, 2024, p. 72).

O Programa também reflete sobre questões importantes, como o desafio de ter escolas com infraestrutura adequada, especialmente nas regiões rurais. No entanto, destaca que “[...] a criação recente de políticas, como a ‘Política Nacional de Educação Digital (PNED)’ e a ‘Estratégia Nacional de Escolas Conectadas (ENEC)’ , oferecem novas oportunidades para superar essas barreiras e garantir que o cinema esteja presente em todas as escolas do país” (Fresquet, 2024, p. 72).

Conforme Fresquet (2024), enquanto discutimos a educação digital, o mundo avança rumo ao pós-digital, momento em que as tecnologias digitais não são algo externo à vida cotidiana, mas uma parte incorporada às práticas cotidianas, na arte, na educação e na comunicação. Isso leva à necessidade de uma compreensão mais crítica das tecnologias, de suas limitações e dos impactos sociais potenciais desigualdades que podem gerar. “No pós-digital, o uso das tecnologias digitais não é apenas funcional, mas também estético e político, com ênfase em como essas ferramentas podem ser usadas para expressar ideias, questionar estruturas de poder e promover mudanças sociais” (Fresquet, 2024, p.74).

Gustavo Jardim (2023) nos fala de uma “imagem emaranhada” e lembra Hannah Arendt (2000) para falar dessa dimensão estética e política do cinema na educação, como meio



articulador de proposições que visam criar condições para pensar caminhos coletivamente, “com liberdade para disputar a esfera pública dos sentidos das coisas” (Jardim, 2023, p. 184). Estes processos coletivos e colaborativos de aprendizagem, que se fazem no percurso, também movem os projetos do Nice, e se alinham ao proposto nos percursos pedagógicos de Jardim (2023) e de Fresquet (2013). Estes envolvem, como dito, experiências de formação, criação audiovisual e cineclubismo, com foco na análise do processo e compartilhamento de acervos e materiais bibliográficos e cadernos de experiências.

2.2. Percursos pedagógicos com cinema em disciplinas eletivas do Ensino Médio

O Centro de Excelência de Educação em Tempo Integral Senador Paulo Sarasate fica localizado na cidade de São Cristóvão, Sergipe, e possui 380 alunos – segundo dados da Secretária de Estado da Educação e Cultura (SEDUC), em 2024 – distribuídos entre o Ensino Médio e os anos finais do Ensino Fundamental. O projeto discutido neste trabalho atuou junto a disciplinas eletivas da primeira série do Ensino Médio, por meio de ações integradoras, acompanhando o processo de produção de materiais audiovisuais por parte de discentes e docentes. As ações da pesquisa foram também integradas ao projeto de extensão “Ações Interdisciplinares em Cinema, Audiovisual e Direitos Humanos”, que acompanhou o desenvolvimento das atividades práticas com discentes.

Desde os primeiros contatos feitos na escola, professoras, professores e gestoras demonstraram total abertura à realização do projeto com o cinema. O próprio Projeto Político Pedagógico (PPP) do Centro de Excelência Paulo Sarasate dá ênfase à proposta de educar por meio de projetos que propiciem uma aprendizagem ativa dos estudantes, vivenciando, refletindo e agindo sobre as situações problemas. A aprendizagem é vista, assim, como um processo em que teoria e prática não estão dissociadas: “Nesta situação de aprendizagem, o aluno precisa selecionar informações significativas, tomar decisões, trabalhar em grupo, gerenciar confronto de ideias, enfim desenvolver competências interpessoais para aprender de forma colaborativa” (Projeto, 2024, p. 57).

A apresentação do projeto aos gestores e professores da escola Paulo Sarasate foi feita durante o período de férias do primeiro semestre do ano letivo de 2024, o que possibilitou integrar as atividades do Projeto ao planejamento pedagógico escolar do segundo semestre. Assim, o cinema foi incluído no conteúdo programático das disciplinas eletivas livres e eletivas de aprofundamento, propostas pelos professores para as turmas da primeira série do Ensino Médio. Para apresentar a proposta das disciplinas aos discentes, os professores organizaram



uma “Feira das Eletivas” na primeira semana de aulas, conforme visto na Figura 1.

Figura 1 - Apresentação das disciplinas na Feira das Eletivas, 2024



Fonte: Coordenação Pedagógica do Centro E. S. P. Sarasate.

Cinco das disciplinas propostas pelos professores incluíram algum tipo de produção audiovisual. Foram elas: “Eco Super Heróis Salvando Vidas”; “Jorge Amado: escrevendo o Nordeste”; “Relação Homem- Natureza”; “Literatura, Música, Cinema e Consciência Social” e “Minha Escola tem História”, conforme apresentado no quadro a seguir (Figura 2). Basicamente, as demandas apresentadas pelos docentes foram relacionadas às questões básicas da linguagem cinematográfica, com orientação para construção de roteiro e gravação de imagens e sons. Na disciplina “Relação Homem-Natureza” também foi feita a montagem e a edição do material gravado, com a orientação das professoras e alunos. Somente uma das disciplinas incluiu atividade cineclubista, com exibição de filmes e debates, e produção final de um minidocumentário, feito pelos alunos e editado pelo professor responsável.

Figura 2 – Quadro de Disciplinas Eletivas com proposta de produção audiovisual

Disciplinas e propostas	Descrição e demandas da produção audiovisual
1 – Eco Super Heróis Salvando Vidas Produção de uma história em quadrinhos animados sobre meio ambiente, em língua inglesa.	Descrição: Disciplina Eletiva Livre nas áreas de Linguagens e suas tecnologias / Língua inglesa por meio da experimentação com desenhos e combinação de imagens inspiradas na estética e linguagem dos quadrinhos. Demandas: orientar construção do roteiro, digitalização de desenhos e montagem/edição de imagens e sons.
2 – "Jorge Amado: escrevendo o Nordeste" Produção de um “videocast” sobre Jorge Amado e sua obra, com legendas em inglês para reforçar a educação bilíngue.	Descrição: Disciplina Eletiva Livre nas áreas de Linguagens e suas tecnologias e Ciências Humanas e suas tecnologias. Demandas: orientar construção do roteiro e gravação e edição de imagens e sons.



3 – Relação homem-natureza: a humanização do espaço escolar Produção de minidocumentário sobre a construção da horta da escola.	Descrição: Disciplina Eletiva de Aprofundamento (EPA) nas áreas de saúde e meio ambiente e Linguagens e suas tecnologias, com proposta de gravação de todo o processo de construção da horta da escola. Demandas: oficina de roteiro e linguagem cinematográfica, com orientação para gravação e edição de imagens e sons.
4 – A gente não quer só comida: literatura, música, cinema e consciência Social Produção do “Festival de Expressões Culturais e Consciência Social”	Descrição: Disciplina Eletiva Livre nas áreas de Linguagens e suas tecnologias e Matemática e suas tecnologias com produção de festival para apresentação das produções realizadas nas disciplinas. Demandas: orientação sobre cineclubismo, curadoria, proposição de sessão de filmes na culminância do semestre, com exibição das produções audiovisuais das disciplinas eletivas.
5 – Minha Escola tem História Produção de minidocumentário sobre a história das escolas do município de São Cristóvão.	Descrição: Disciplina Eletiva Livre na área de História com proposta de gravação de entrevistas com gestores e alunos de quatro escolas do município de São Cristóvão. Demandas: oficina de roteiro e linguagem cinematográfica, com orientação para gravação e edição de imagens e sons.

Fonte: Autores

No final de setembro de 2024, docentes das eletivas de cinema participaram da “Oficina Cinema, Educação e Direitos Humanos”, integrando a escola à primeira etapa das ações da 14ª Mostra Cinema e Direitos Humanos de Sergipe, cuja temática foi “Dignidade é Direito Humano”. Nos meses de outubro e novembro, as professoras que fizeram a Oficina conduziram exercícios cinematográficos com discentes e participaram de debate durante a mostra de filmes (Figura 3).

Durante o desenvolvimento do projeto foi possível, nas ações de formação e oficinas de criação, discutir as demandas específicas da escola e acompanhar os professores na construção dos “percursos pedagógicos”, essenciais para explorar as potencialidades do cinema na escola.

Figura 3 - Professoras Manuela Oliveira e Renata Daphne Izaías no debate da 14ª MCDH, 2024



Fonte: 14ª MCDH Aracaju, fotografia de Nelson Araújo, 29/11/2024.

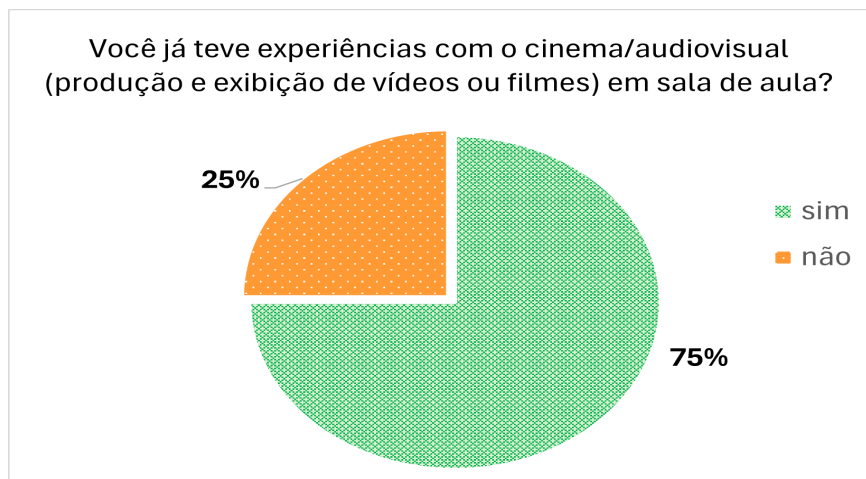


Metodologicamente, foram priorizados os percursos e a construção colaborativa junto à comunidade escolar, bem como a autonomia docente. A pesquisa teve caráter majoritariamente qualitativo, e se desenvolveu a partir da revisão bibliográfica das relações entre cinema e educação, e de um levantamento documental sobre as normativas e legislações relacionadas aos contextos nacional e estadual. De modo a investigar as possibilidades de inserção do cinema na escola, a pesquisa analisou os dados da experiência realizada junto aos alunos da 1ª série do Ensino Médio do Centro de Excelência Senador Paulo Sarasate, matriculados em disciplinas eletivas no segundo semestre letivo de 2024.

Quanto aos procedimentos, envolveu uma etapa inicial quantitativa, com aplicação de formulário impresso aos docentes da escola, de forma a compreender a relação das professoras e dos professores com o cinema. O formulário teve nove perguntas abertas e de múltipla escolha, que buscaram analisar informações referentes à infraestrutura, suporte teórico e experiências anteriores com o cinema, além do ensino e formação específica em cinema e educação. O questionário foi respondido por 17 docentes lotados na escola. Essa coleta qualiquantitativa de dados permitiu construir algumas reflexões iniciais.

Quando questionados sobre como o cinema pode contribuir como no processo de ensino e aprendizagem, a resposta dos docentes foi consensual na perspectiva da adoção do audiovisual como instrumento pedagógico de ensino que estimula a reflexão crítica. Sobre as experiências com cinema e audiovisual, 75% dos professores disseram já terem realizado algum tipo de atividade em sala de aula (Figura 4). No entanto, indicam que essas atividades envolvem basicamente ações de exibição de filmes, como complemento aos conteúdos curriculares. Este resultado sugere a necessidade da apresentação e aplicação de novas e variadas formas de utilização do cinema, considerando também os contextos de infraestrutura e disponibilidade.

Figura 4 - Gráfico do formulário aplicado aos docentes, 2024



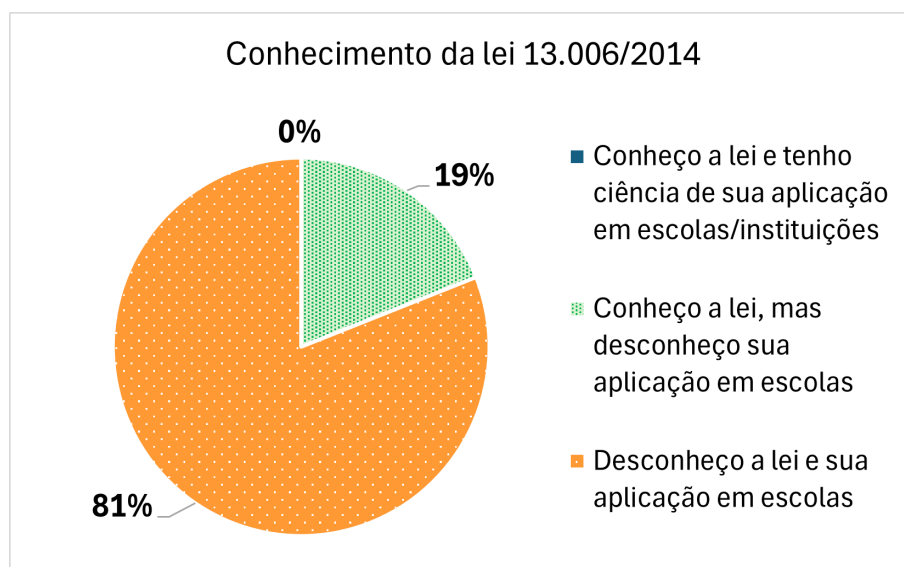
Fonte: Projeto de Extensão “Ações interdisciplinares em cinema, educação e direitos humanos”, 2024.



Em relação ao uso das tecnologias nos processos pedagógicos é importante ressaltar que não existiu um consenso entre as respostas apresentadas, que se dividiram com relação ao uso do celular na escola, apontado por uns como exemplo “[...] de utilização negativa da tecnologia; já outros relatam que seria interessante encontrar meios de estimular sua utilização como ferramentas dentro do processo pedagógico de ensino e aprendizagem” (Santos, 2024).

Sobre o conhecimento da Lei 13.006/2014 (Figura 5), que determina exibição mínima de produções cinematográficas brasileiras na sala de aula, somente 19% dos professores indicaram ter conhecimento acerca da existência da lei, e informaram desconhecer sua aplicação em sala de aula. Este resultado está possivelmente atrelado à ausência de regulamentação da Lei. 81% das respostas indicaram o desconhecimento tanto da lei quanto de sua aplicação.

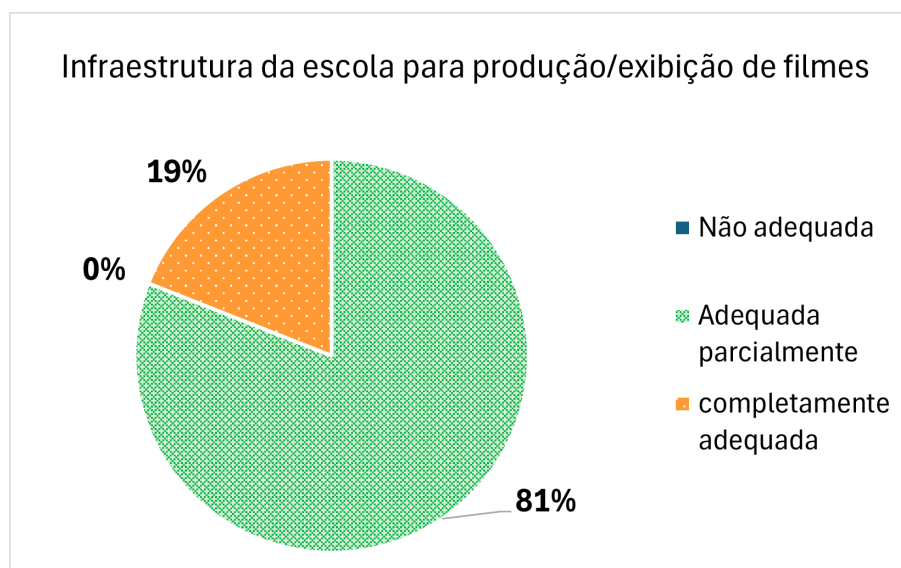
Figura 5 - Gráfico do formulário aplicado aos docentes, 2024



Fonte: Projeto de Extensão “Ações interdisciplinares em cinema, educação e direitos humanos”, 2024.

Quanto à infraestrutura (Figura 6), a maior parte dos docentes - 81% - consideraram a infraestrutura da escola parcialmente adequada para atividades com cinema, considerando equipamentos de captação de imagens (câmera fotográfica/filmadora, cartão de memória, tripé, iluminador, gravador de voz) e equipamentos e espaços de projeção (computador, caixa de som, projetor, televisão, tela de projeção, sala para exibição). Porém as respostas indicaram a necessidade de mais investimento em equipamentos que possam contribuir com as atividades práticas ligadas ao audiovisual. Outra questão apontada foi “[...] a necessidade de formação sobre a temática para que consigam dominar as técnicas e aplicar as metodologias” (Santos, 2024).

Figura 6 - Gráfico do formulário aplicado aos docentes, 2024



Fonte: Projeto de Extensão “Ações interdisciplinares em cinema, educação e direitos humanos”, 2024.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho, reforçamos que a inserção do cinema em contextos de formação, se implementada como uma política pública, somada às experiências com audiovisual já realizadas nas escolas, certamente terão impacto no cenário educacional brasileiro, propiciando, além da experiência estética, o acesso a narrativas de contextos diversos e contribuindo com a formação de cidadãos criativos e críticos, especialmente em relação aos meios de comunicação. Como dito, no pós-digital, as tecnologias digitais estão incorporadas às práticas cotidianas, na arte e na educação, reforçando a necessidade de uma compreensão mais crítica das tecnologias, incluindo limitações, impactos sociais e questões éticas envolvidas.

Assim, entender o cinema e audiovisual como uma pedagogia, conforme Leandro (2001), Duarte (2002), Bergala (2008) e Fresquet (2013) apontaram, significa também ampliar o entendimento sobre os materiais didáticos, como construção de processos coletivos e colaborativos de aprendizagem que envolvem o planejamento e a execução de projetos e ações de formação, criação audiovisual e cineclubismo. Isso inclui atividades como: oficinas de criação audiovisual, exercícios cinematográficos com dispositivos mínimos, construção e edição de narrativas audiovisuais, atividades cineclubistas de exibição e debate de filmes, curadoria e compartilhamento de acervos e materiais pedagógicos, dentre outras possibilidades.

No caso do estudo feito junto ao Centro de Excelência Senador Paulo Sarasate, em São Cristóvão, notamos a abertura por parte da gestão escolar e o engajamento das professoras e



dos professores na proposta de inclusão do cinema nas disciplinas eletivas. Mais que os resultados obtidos com as produções audiovisuais realizadas foi significativo participar do planejamento escolar, discutir, na formação, as demandas específicas da escola e acompanhar a construção dos “percursos pedagógicos” construídos nas disciplinas. Isso foi essencial para compreender a potência do cinema na escola.

Reiteramos que o exame das leis e normativas, e a interpretação dos dados da consulta aos professores permitiu perceber a necessidade de divulgação e aplicação das leis e políticas educacionais relacionadas. Merece atenção especial a regulamentação da Lei 13.006/2014 e a efetiva aplicação, por parte dos governos - em âmbito federal, estadual e municipal -, do Programa Nacional de Cinema na Escola, tal como discutido e proposto na 19ª CineOP. Importante também mencionar o trabalho coletivo de consulta feito pela Rede Kino, e a formulação do Programa a partir de eixos estruturantes que defendem a democratização das práticas pedagógicas com cinema e sua integração às políticas educacionais e à cultura digital; o fomento a redes de plataformas regionalizadas e a participação nos acervos, além da formação docente audiovisual. Também é preciso evidenciar que tais normativas, como leis complementares à LDB, somadas à recente Lei 14.533/23, que cria a Política Nacional de Educação Digital, podem contribuir para garantir a diversidade cultural através do cinema, com valorização de obras de diferentes regiões.

Por fim, enfatizamos que a pesquisa considerou as ações do Nice em contextos escolares de Sergipe. Este acúmulo de experiências permitiu refletir sobre a importância da inserção do cinema nos currículos da Educação Básica, especialmente nas escolas de Ensino Médio de tempo integral, onde as disciplinas eletivas podem ser uma oportunidade de desenvolvimento de materiais pedagógicos audiovisuais. A participação nas consultas e na CineOP/2024 inseriu o Nice e o projeto que tratamos aqui na Rede Kino e confirmou a percepção do cinema como política pública para a educação..

4. REFERÊNCIAS

BANDEIRA, Denise. **Materiais didáticos**. Curitiba, PR: IESDE, 2009.

BEHERENS, M. A. “**Projetos de aprendizagem colaborativa num paradigma emergente**”. In: MORAN, José Manuel. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas: Papirus, 2000.

BERGALA, Alain. **A hipótese-cinema**. Pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola. Rio de Janeiro: Booklinks; CINEAD-LISE-FE/UFRJ, 2008.



BRASIL, Lei nº 9394/1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Ministério de Educação e Cultura, 20 dez. 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso: 07 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.005/2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação**. Ministério de Educação e Cultura, Brasília/DF, 25 jun. 2014(a). Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm>. Acesso: 19 de ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 13.006/2014. **Ministério de Educação e Cultura**, Brasília/DF, 26 jun. 2014(b). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13006.htm>. Acesso: 19 mai. 2024.

CINENAESCOLA.ORG. **Plataforma digital de compartilhamento**. Cinead, Faculdade de Educação, UFRJ, 2024. Disponível em: <<https://cineaescola.org/>>. Acesso: 10 de jul. 2024.

FERNANDES, A. C.; HAUS, Camila et.al. (orgs.) **Multiletramentos na sala de aula: praxis na (e para além da) pandemia**. São Paulo, Pimenta Cultural, 2022.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 345 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

FRESQUET, Adriana. (org.) **Programa Nacional de Cinema na Escola**. Encontro Cinema e Educação Rede Kino, 19ª Mostra de Cinema de Ouro Preto/CineOP. Belo Horizonte: Universo Produção, 2024.

FRESQUET, Adriana e MIGLIORIN, C. (orgs.). **Cinema e educação: a Lei 13006, reflexões, perspectivas, propostas**. Universo Produção. Belo Horizonte/MG, 2016 [ebook].

FRESQUET, Adriana. **Cinema e educação: reflexões e experiências com professores e estudantes de educação básica, dentro e “fora” da escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

JARDIM, Gustavo da R. **A imagem emaranhada: territórios e singularidades em cinema e educação**. [tese] Doutorado em Comunicação, PPGCOM, UFMG, 2023. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/75896>>. Acesso em 10 out 2024.

LEANDRO, Anita. “**Da imagem pedagógica à pedagogia da imagem**”. In: *Comunicação & Educação*. Departamento de Comunicações e Artes, USP. São Paulo: Ed. ECA/USP, p. 29 a 36, maio/ago., 2001

MIGLIORIN, Cezar et al (org). **Cadernos do Inventar: cinema, educação e direitos humanos**. Niterói (RJ); EDG, 2016.

MIGLIORIN, Cezar; RESENDE, Douglas; CID, Viviane; MEDRADO, Arthur. **Cinema de grupo, notas de uma prática entre educação e cuidado**. *Revista GEMInIS*, v. 11, n. 2, p. 149-164, mai./ago. 2020.

PARECER CNE/CEB, Nº 07/2010, aprovado em 07 abr., 2010, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Ministério da Educação e Cultura,



Brasília/DF, 2010. Disponível em <<https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/parecer-ceb-2010>>. Acesso em: 26 out. 2024.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO. Centro de Excelência Senador Paulo Sarasate. Secretaria de Estado da Educação e Cultura/SEDUC, Diretoria Regional DR-8, São Cristóvão/SE, 2024.

SANTOS, Lucas A. dos. **Relatório de Análise sobre coleta de dados junto a docentes do Centro de Excelência Senador Paulo Sarasate**. Projeto de Extensão Ações Interdisciplinares em Cinema, Educação e Direitos Humanos. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 2024.

SCHEYERL, D. **Práticas ideológicas na elaboração de materiais didáticos para a educação linguística**. In: SCHEYERL, D.; SIQUEIRA, S. (org). *Materiais didáticos para o ensino de línguas na contemporaneidade: contestações e proposições*. Salvador: Editora da UFBA, 2012, p. 37-56.

XAVIER, Ismail. “**Um cinema que educa é um cinema que (nos) faz pensar**”. In: Educação e Realidade. Faculdade de Educação UFRGS. Porto Alegre: ed. UFRGS, nº 33, p. 13-20, jan/jun 2008.